
Undime e a formação dos Dirigentes Municipais de Educação (DMEs): interlocuções com a produção científica

Undime and the training of Municipal Educational Directors (DMEs): interlocutions with scientific production

Geovana Mendonça Lunardi Mendes
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Florianópolis – Santa Catarina - Brasil
Vânio Cesar Seemann
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Secretaria Municipal de Educação
Florianópolis – Santa Catarina - Brasil

Resumo

Este artigo apresenta um panorama das pesquisas sobre a atuação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) na formação dos Dirigentes Municipais de Educação (DMEs). De abordagem qualitativa, o estudo caracterizou-se como estado da arte, envolvendo fontes disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, GT – 05 da Anped, Scielo e RBPAE. Os resultados apontaram: a) predomínio de estudos qualitativos, do tipo bibliográfico e documental, com nível de abrangência macro; b) influência do ideário da *New Public Management* na atuação da Undime; c) eventos formativos da Undime são um lócus privilegiado para a interpretação e tradução de políticas educacionais; e d) o desafio para os pesquisadores investigarem a atuação da Undime em diferentes contextos.

Palavras-chave: Undime; Dirigentes Municipais de Educação; Formação.

Abstract

This article presents an overview of research on the role of the National Union of Municipal Education Officers (Undime) in the training of Municipal Education Officers (DMEs). With a qualitative approach, the study was characterized as state of the art, involving sources available in the Catalog of Theses and Dissertations from CAPES, GT - 05 from Anped, Scielo and RBPAE. The results showed: a) predominance of qualitative studies, of the bibliographic and documentary type, with a macro level of coverage; b) influence of New Public Management's ideas on Undime's acting; c) Undime's training events are a privileged locus for the interpretation and translation of educational policies; and d) the challenge for researchers to investigate Undime's role in different contexts.

Keywords: Undime; Municipal Education Directors; Training.

Introdução

A literatura no campo da Política Educacional tem evidenciado um complexo conjunto de mudanças nos fios e tramas da vida societal, sobretudo, a partir dos anos 1980. Essas mudanças vêm sendo engendradas sob a insígnia da globalização de matriz neoliberal que alavancou como um dos seus efeitos a reforma do Estado, sob os princípios da *New Public Management*, ou seja, o deslizamento do “Estado burocrático-profissional” (comprometido com a promoção do bem-estar social dos cidadãos) para o “Estado avaliador” (comprometido com a governança e o *accountability* de bases empresariais), apesar das hibridizações observáveis em seu *modus operandi* nos diferentes contextos nacionais e subnacionais. (ABRUCIO, 1997; AFONSO, 2001; BALL, 2014; BOWE; BALL; GOLD, 1992; MAROY, 2013; VERGER, 2019)

Assim, é posta em ação a reforma educacional sob a influência do gerencialismo, da performatividade e do contratualismo, que hipervalorizam a eficiência e eficácia no âmbito da gestão educacional (BALL, 2005). Com a retórica do direito de aprender e a ênfase na aprendizagem, o valor intrínseco da educação escolar e da democracia é obliterado em favor da formação do capital humano para o mercado e a instauração de uma democracia que se esvazia na esfera pública (BIESTA, 2016; SEEMANN; LUNARDI MENDES, 2019). Novas relações políticas, novos lugares, tempos, atores e meios de comunicação são configurados e adotados para reinserir as políticas educacionais globais moventes e seus discursos subordinados em territórios nacionais e subnacionais (BALL, 2016).

A formação dos profissionais da educação tem sido considerada um lócus crucial para a disseminação e o empréstimo de políticas educacionais, por onde circulam discursos, narrativas e artefatos de políticas e quando são operados processos de interpretação e tradução visando a colocar as políticas em ação. (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016; EVANGELISTA *et al.*, 2019; GRIMM, 2017; LUNARDI MENDES; BORGES, 2019; REINIG, 2019; SEEMANN, 2016)

Com os argumentos em tela e considerando o estudo em andamento no âmbito do Doutorado em Educação, que tem como temática central o papel político e intelectual da Undime na formação dos Dirigentes Municipais de Educação (DMEs) catarinenses, ganhou

relevo a seguinte problemática: como a atuação da Undime na promoção da formação dos DMEs vem sendo abordada na produção científica?

Ressaltamos que a Undime, criada em 1986, congrega os DMEs brasileiros e se espalha aos 5.568 municípios, configurando-se tanto como um forte ator de políticas na rede de políticas educacionais, em sentido amplo, como um ator formador dos DMEs, em sentido específico. Como preconiza o estatuto social da entidade, no Art. 3º., um de seus objetivos específicos é “I - Contribuir para a formação do dirigente municipal de educação para que, no desempenho de suas funções, atue decisivamente para a melhoria da educação pública no município” (UNDIME, 2021). Como vemos, a formação dos DMEs configura-se como uma intencionalidade e uma ação estratégica de relevo.

Ademais, como estudos destacam, as redes municipais de ensino brasileiras, sob a liderança dos DMEs, ocupam um lugar de destaque no sistema nacional de educação brasileiro no que concerne à oferta da educação básica e à consolidação do direito à educação, bem como, no jogo político em que gravitam as políticas educacionais (BERGAMO, 2016; COSTA; LIMA; LEITE 2015; LAGARES 2010; NASCIMENTO, 2018). Por esta razão, investigar estes contextos e seus respectivos atores revela-se uma iniciativa potente para compreender e explicar o campo da Política Educacional.

Em busca das fontes de pesquisa: escolhas metodológicas

Esta seção tem como finalidade explicitar a abordagem, o tipo de pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados e as fontes utilizadas na investigação.

Este estudo de abordagem qualitativa reconhece que a realidade é uma construção de sentidos e significados que estão inexoravelmente relacionados com as condições objetivas da vida social e as relações sociais em fluxo. Por sua natureza, a realidade está em constante movimento e mudança e seu caráter comunicativo possibilita que o (re)fazer do processo de construção de realidades sociais torne-se ponto de abertura e de partida de pesquisa (VERGER, 2019, TELLO; MAINARDES, 2015).

Nessa perspectiva, o estudo caracterizou-se como pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte, com base nos ensinamentos de Romanowsky e Ens (2006, p. 39):

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições

Undime e a formação dos Dirigentes Municipais de Educação (DMEs): interlocuções com a produção científica

sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas da área focalizada.

Com estes marcadores metodológicos, objetivamos compreender como a produção científica vem abordando a questão do papel político e intelectual da Undime na formação dos DMEs nos contextos municipais. As buscas e análises interpretativas concentraram-se em “fontes secundárias” (OLIVEIRA, 2007) consideradas de domínio científico, com seus respectivos pesquisadores e contribuições em torno da temática mobilizadora.

Considerando que “[...] não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos da área, estudos sobre as publicações em periódicos da área” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39), elegemos quatro fontes de busca, conforme apresentamos no Quadro 1.

Quadro 1 – Bases de dados, origem, portal e tipos de documentos

Base de dados	Origem	Portal	Documentos
Catálogo de Teses e Dissertações	Capes*	https://catalogodeteses.capes.gov.br	Teses e dissertações
Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)	Anpae**	https://www.anpae.org.br/website/publicacoes/revista-da-anpae	Artigos
GT 05 – Estado e Política Educacional	Anped** *	http://www.anped.org.br	Artigos
SciELO	(SciELO)	https://www.scielo.br	Artigos

* Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

** Anpae - Associação Nacional de Política e Administração da Educação

*** Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

**** SciELO - Scientific Electronic Library Online

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes derivou do reconhecimento de que estudos desta natureza constituem uma tradição consolidada no campo da Política Educacional (MAINARDES, 2021). Referente às buscas na RBPAE e no GT 5 da Anped, foram decisivos os argumentos de Mendes, Perrella e Cruz (2019) ao proclamarem que ambas as entidades, com seus respectivos pesquisadores associados, assumiram posição de destaque na constituição e consolidação do campo de conhecimento da Política Educacional no Brasil. Por fim, a busca no Scielo sustentou-se no fato de ser um portal eletrônico cooperativo que possibilita o acesso a artigos de revistas e periódicos de diversos países, disponíveis nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa.

A *string* de busca adotada foi “Undime” e “União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação”, sendo inserida nos portais em português, inglês e espanhol. Nos levantamentos realizados em cada uma das bases de dados, as leituras das fontes foram realizadas seguindo as recomendações de Gil (2002), conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Etapas de seleção e resultados

Etapas de seleção	Procedimentos de seleção	Catálogo de teses			GT 5 – Anped	RBPAE	Scielo
		Número de Dissertações	Número de Teses	Número Total	Número de Artigos	Número de Artigos	Número de Artigos
Primeira	<i>Leitura exploratória</i>	19	15	34	152	412	1
Segunda	<i>Leitura seletiva</i>	17	15	32	16	23	1
Terceira	<i>Leitura analítica</i>	3	1	4	1	0	1
	<i>Leitura interpretativa</i>	3	1	4	1	0	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Na primeira etapa de seleção, foram excluídos os trabalhos identificados como entrevistas, pronunciamentos oficiais de lideranças educacionais, moções, trabalhos não relacionados às políticas educacionais, documentos normativos, resenhas bibliográficas, cartas, manifestos e homenagens. Nas buscas no Catálogo de Teses da Capes e no Scielo, não definimos recorte temporal específico quando, então, utilizamos os buscadores disponíveis nos respectivos portais. Já nas buscas no GT 05 – Anped e na RBPAE, optamos por delimitar

Undime e a formação dos Dirigentes Municipais de Educação (DMEs): interlocuções com a produção científica

como recorte temporal o período 2010-2020, coincidente com o recorte temporal do estudo em andamento no doutorado em educação. Nesta etapa, foram pré-selecionados 599 trabalhos, quando operamos a leitura dos títulos e das palavras-chaves. A partir disso, foram selecionados 72 trabalhos para a etapa subsequente.

Na segunda etapa da seleção, foram suprimidos os trabalhos identificados como trabalhos repetidos, trabalhos não disponíveis para acesso online à íntegra e trabalhos não relacionadas à temática da investigação. Operamos a leitura dos resumos dos 72 trabalhos selecionados na etapa anterior, resultando na seleção final de 6 trabalhos.

Por fim, na terceira etapa de seleção, procedemos as leituras analíticas na íntegra dos 6 trabalhos que se deslizaram para as leituras interpretativas, em virtude de que nenhum deles foi excluído pela pertinência com nosso objeto de estudo. Estes trabalhos e os respectivos objetivos gerais estão apresentados no Quadro 3, destacando-se que não foi encontrado nenhum estudo publicado relacionado ao objeto de estudo na RBPAE.

Quadro 3 – Produções selecionadas e analisadas

	Referências	Base de Dados	Objetivo Geral
1	PINHEIRO, José Vanelli. A Undime e a municipalização do ensino: a Undime no Brasil e no Paraná, no processo de municipalização do ensino, 1986-2000. 2001. Dissertação. (Mestrado em Educação). Uberlândia (MG): Universidade Federal de Uberlândia, 2001.	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	Investigar o papel político da Undime na municipalização do ensino brasileiro e paranaense no período de 1986 a 2000.
2	MALHEIROS, Silvana de Jesus Pina Malheiros. Educação municipal e política educacional: refletindo sobre as ações da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco, Undime-PE. 2006. Dissertação. (Mestrado em Educação). Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco, 2006.	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	Analisar a atuação política da Undime-Seccional Pernambuco na implementação das políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental no estado de Pernambuco no período de 1995 a 2001.
3	OLIVEIRA, Luiz Carlos Santos de. Fundamentos históricos e políticos da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Alagoas. 2014. Dissertação. (Mestrado em Educação). Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia, 2014.	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	Investigar o contexto político e ideológico de atuação da Undime-Seccional Alagoas no estado de Alagoas no período de 1986 a 2013.
4	CARDOSO, Maurício Estevam Cardoso. Dirigentes Municipais de Educação:	Catálogo de Teses e	Investigar os processos de constituição das subjetividades dos

	modos de regulação dos sistemas educacionais e subjetividades. 2015. Tese. (Doutorado em Educação). Belo Horizonte (MG): Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.	Dissertações da Capes	Dirigentes Municipais de Educação (DMEs) frente aos novos modelos de regulação dos sistemas educacionais e aos valores, ideias e decisões individuais que produzem as singularidades.
5	AZEVEDO, Noroaldo Pontes de Azevedo. A UNDIME e os desafios da educação municipal. Estudos Avançados , n. 15, v. 42, p. 141-152, 2001.	SciELO	Analisar a atuação da Undime Nacional nos processos políticos relacionados à municipalização, ao financiamento e regime de colaboração no âmbito da política educacional brasileira no período de 1986 a 2001.
6	CARDOSO, Maurício Estevam Cardoso; DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. Dirigentes municipais de educação e suas lógicas de ação. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Anais eletrônicos... Florianópolis, Anped, 2015. p. 1-18.	GT 5 – Anped	Identificar tipos de lógicas de ação orientadoras de condutas dos Dirigentes Municipais de Educação (DMEs) no Brasil.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

As análises dos resultados encontrados serão abordadas na próxima seção.

A Undime na produção científica encontrada. Que papel? Qual função?

Esta seção tenciona descrever e analisar os resultados encontrados nos 6 estudos, anteriormente mencionados. Abordaremos as ideias, concepções e os interesses que orientaram a atuação da Undime na formação dos DMEs brasileiros e seu potencial impacto na construção das subjetividades e profissões destes profissionais da educação, assim como, os posicionamentos epistemológicos dos autores com o propósito de desvelar as convergências e divergências existentes.

Em termos metodológicos, todos os estudos selecionados são de abordagem “qualitativa” (VERGER, 2019, TELLO; MAINARDES, 2015), pois promovem articulações nas análises com atores, políticas, relações de poder, interesses e disputas nos contextos particulares analisados e suas interações com os contextos nacional e global, a partir de múltiplas abordagens teóricas e metodológicas sobre os objetos de estudo que ensejam olhares microscópicos e macroscópicos sobre o campo da Política Educacional, no esforço de alcançar um olhar crítico e articulado sobre a realidade.

Undime e a formação dos Dirigentes Municipais de Educação (DMEs): interlocuções com a produção científica

Além disso, na totalidade dos estudos prevaleceu o cenário de abrangência “macro” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), ou seja, as temáticas concentram-se em políticas educacionais nos sistemas educativos nos contextos estadual - quando são analisados os contextos políticos dos estados do Paraná (PINHEIRO, 2001), Pernambuco (MALHEIROS, 2006), Alagoas (OLIVEIRA, 2014) e Minas Gerais (CARDOSO, 2015; CARDOSO; DUARTE, 2015) - e nacional (AZEVEDO, 2001), todos com recortes temporais que se situam no “tempo presente”, ou seja, em “[...] questões relativas ao tempo e aos eventos do passado próximo, dos finais do século XX e do século XXI em curso” (CUNHA, 2019, p. 81). No Quadro 1, são demonstradas as temáticas privilegiadas nos estudos analisados.

Quadro 1 – Temáticas privilegiadas nos estudos

Temáticas	Quantidade
Municipalização do ensino	2
Política de educação infantil e ensino fundamental	2
Formação dos Dirigentes Municipais de Educação (DME's)	2
Total	6

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Com as temáticas em tela, dois estudos adotaram como metodologia a “pesquisa bibliográfica e documental” (PINHEIRO, 2014; AZEVEDO, 2001), um adota a “pesquisa documental” (MALHEIROS, 2006) e três adotam o “estudo de caso”, combinados com o emprego do método de “análise do discurso” no tratamento dos dados (CARDOSO, 2015; CARDOSO; DUARTE, 2015; OLIVEIRA, 2014).

As fontes utilizadas envolveram documentos nacionais (legislação educacional, documentos produzidos pela Undime, documentos de políticas de fundações, empresas e institutos privados do setor educacional e relatórios de órgãos governamentais) e documentos internacionais (documentos de políticas produzidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); Banco Mundial (BM); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)) com o propósito de explicar e compreender as ideias, concepções e interesses que influenciaram os contextos em que se situam os objetos de estudo, de modo a captar a historicidade dos fatos e fenômenos. Além disso, nos estudos de Cardoso (2015) e Cardoso e Duarte (2015), os relatórios de entrevistas compuseram as fontes de análise.

Com base nas respectivas empirias, o conjunto dos estudos revela que na trajetória histórica da Undime, as ideias nucleares na sua atuação política foram: a) municipalização do ensino; b) revisão do financiamento da educação básica; e c) melhoria da qualidade da educação.

Atinente à ideia da municipalização do ensino, a universalidade dos estudos evidencia que a concepção que subjaz à atuação política da Undime é a descentralização da gestão educacional, entendida como via para: a) promover a democratização da educação escolar, para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes na escolarização obrigatória; e b) consolidar o regime de colaboração cooperativo, para resolver os impasses e conflitos relacionados às competências e responsabilidades entre os diferentes entes federativos na garantia do direito à educação. Sob este lume, todos os autores enfatizam que uma benéfica municipalização do ensino não se restringe à mera transferência de estudantes, profissionais da educação e dos prédios escolares das redes estaduais de ensino para as redes municipais de ensino, mas exige que se considerem e se pactuem os encargos financeiros e a capacidade técnica e orçamentária dos municípios para a garantia de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Ao defender a descentralização da gestão educacional, a Undime tem como interesse assegurar a autonomia das redes municipais de ensino, instando os DMEs a elaborar e desenvolver os Planos Municipais de Educação (PMEs), participar na formulação das políticas educacionais, fortalecer os Conselhos Municipais de Educação (CMEs) e efetivar a gestão democrática, com a garantia da participação e do controle social sobre os investimentos. (AZEVEDO, 2001; MALHEIROS, 2006; OLIVEIRA, 2014; PINHEIRO 2001)

Adensando a discussão, os estudos de Cardoso (2015) e Cardoso e Duarte (2015) argumentam que por detrás da ideia da municipalização do ensino e da pretensa concepção da descentralização da gestão educacional, aninham-se os princípios e as tecnologias da governança, que têm dado estatura à reforma educacional brasileira na atualidade. Com valores como autonomia, autoridade e participação, balizadores na lógica de atuação da Undime, o que se vislumbra é a intencionalidade de atender as demandas que emergem do sistema político-eleitoral, isto é, instituindo o cidadão/eleitor como seu referente de atuação política. Nessa tessitura, a gestão educacional defendida pela Undime é resultante da sua

Undime e a formação dos Dirigentes Municipais de Educação (DMEs): interlocuções com a produção científica

acoplagem à “lógica tecno-gerencial” em duas linhas: a) “gerencial”, hipervalorizando a eficiência e a eficácia e tendo como referentes a burocracia pública e os profissionais da educação, sob o princípio legitimador da profissionalidade qualificada; e b) “pedagógica”, ancorada em valores como a equidade e a avaliação, adotando como referente os estudantes, sob o princípio legitimador da aprendizagem.

Em relação à ideia da revisão do financiamento da educação, todos os estudos demonstram que a concepção basilar na atuação política da Undime é o regime de colaboração cooperativo. Neste décor, as questões centrais de militância da entidade foram a descentralização dos recursos financeiros e a definição clara das competências e responsabilidades das três esferas de ensino (municipal, estadual e federal). Com o interesse de ampliar os recursos financeiros sob a tutela dos DMEs nas suas respectivas redes de ensino, defender uma reforma tributária no país tem sido uma recorrente bandeira de luta e mobilização da Undime (AZEVEDO, 2001; MALHEIROS, 2006; PINHEIRO, 2001), mediante às recorrentes políticas de fundos provisórios para o custeio da educação básica e a discricionariedade dos governos estaduais e federal no repasse de recursos financeiros aos municípios que, no contexto da prática, alavancaram insegurança jurídica e riscos à continuidade das políticas educacionais.

Como advoga o estudo de Azevedo (2001), descentralizar os recursos financeiros para as redes municipais de ensino significa promover maior e mais efetiva participação da sociedade civil no controle e monitoramento dos gastos públicos, possibilitando, em última análise, engendrar uma marca ética no trato da coisa pública.

No que se refere à ideia da melhoria da qualidade da educação, identificamos que a concepção da teoria do capital humano é fundante, sobretudo, quando defende a educação como vetor de desenvolvimento da economia, democracia, cidadania e de redução das desigualdades (AZEVEDO, 2001; MALHEIROS, 2006; OLIVEIRA, 2014; PINHEIRO, 2001,). Neste sentido, revela-se a inclinação para uma concepção política de educação baseada numa lógica tecno-gerencial e pedagógica de matriz neoliberal (CARDOSO, 2015; CARDOSO; DUARTE, 2015).

Com base no aludido, compreendemos que a atuação da Undime, como um ator coletivo, visa a disseminar ideias, concepções e valores, induzir e orientar decisões, formatar

um determinado tipo de sujeito, assim como, estruturar o campo de ação política dos DMEs. Propondo regras e modos de atuação, de natureza prescritiva, para os DMEs no contexto da prática, a Undime exerce influência e pressão sobre os demais discursos e artefatos de políticas que circulam sobre os modos de gestão das redes municipais de ensino no Brasil. Como explicita o estudo de Cardoso (2015), o papel político do DME é moldado para um sujeito multifacetado e com múltiplas habilidades, ou seja, um gestor, técnico, gerente, coordenador, educador e agente político. Este sujeito multifacetado, como complementam Cardoso e Duarte (2015), revela as tensões e contradições presentes nos discursos e textos evocados pela Undime e que se refletem diretamente nas próprias tensões e contradições vividas pelos DMEs no exercício da profissionalidade.

Focalizando a formação dos DMEs promovida pela Undime, nos contextos particulares investigados, foi possível inferirmos ser esta uma estratégia de relevo, configurando-se como um meio vital para a construção de consensos entre seus representados sobre as políticas educacionais (AZEVEDO, 2001; MALHEIROS, 2006; OLVEIRA, 2014; PINHEIRO, 2001) e uma arena na qual se promovem o empréstimo, a disseminação, interpretação e tradução de políticas educacionais, com a intencionalidade de subsidiar e orientar o desempenho das funções e atribuições dos DMEs (CARDOSO, 2015; CARDOSO; DUARTE, 2015).

Em que pese o fato de que as políticas educacionais estão sujeitas aos complexos processos de interpretação e tradução, aceitações e resistências (BALL, 1994, 2014, 2016), tornou-se visível que a formação da Undime para os seus representados contribuiu decisivamente para a condição de assujeitamento dos DMEs às políticas educacionais instituídas, ocupando o lugar de convencimento e influência no (re)desenho e execução das políticas educacionais nos seus contextos particulares, ou seja, alavancando a mobilidade, o empréstimo e a infiltração de políticas para uma ampla gama de redes municipais de ensino.

É revelador nos estudos o fato de que a Undime, ao longo da sua atuação política, alcançou notoriedade, reconhecimento e prestígio perante a sociedade nos diversos níveis da organização social do Brasil no âmbito das políticas educacionais (CARDOSO, 2015; MALHEIROS, 2006; PINHEIRO, 2001). Para tanto, foi imprescindível a sua articulação com uma complexa rede de políticas que envolvem atores multifacetados, ou seja, órgãos governamentais, organizações não governamentais, empresas, fundações, institutos de

Undime e a formação dos Dirigentes Municipais de Educação (DMEs): interlocuções com a produção científica

pesquisa, *think tanks* e movimentos sociais, especialmente, a intensiva interação da Undime com o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) nas suas frentes de trabalho político (AZEVEDO, 2001; CARDOSO, 2015; CARDOSO; DUARTE, 2015).

Os estudos de Azevedo (2001), Malheiros (2006), Oliveira (2014) e Pinheiro (2001) são enfáticos ao advogarem sobre a importância das parcerias da Undime com outros atores políticos para o alcance uma educação de qualidade. Contrariamente, os estudos de Cardoso (2015) e Cardoso e Duarte (2015) denunciam que as parcerias celebradas por meio das redes de políticas, nas quais se inscreve a Undime, têm engendrado novos modos de regulação dos sistemas educacionais que prescrevem e orientam ações entre atores diferentes e desiguais, moldando as subjetividades e as profissionalidades por meio da disseminação de padrões de racionalidade e de valores na gestão dos serviços públicos, marcadamente influenciados pelos princípios da *New Public Management*.

As análises sobre os estudos selecionados revelam o empenho da Undime em lutar pela hegemonia de suas ideias, concepções e interesses no processo político, em termos de discussão, elaboração, execução, avaliação e decisão sobre as políticas educacionais. Ora jogando como ator que representa os interesses municipais em educação junto ao Estado brasileiro, ora jogando como ator que representa os interesses da sociedade civil organizada, seu *modus operandi* visa a: a) construir consensos junto aos seus representados e disputar a hegemonia; b) exercer pressões políticas nas negociações relacionadas às políticas educacionais; e c) assegurar o desenvolvimento da própria entidade num lugar de protagonismo.

Como demonstramos, a Undime não é apenas um elo entre as políticas educacionais formuladas em outras instâncias e sua ação situada, mas uma intérprete e tradutora ativa nos processos de colocar as políticas em ação, como proclamam os postulados de Ball, Maguire e Braun (2016). Contribuem para a sua atuação as leituras e releituras que processa sobre as políticas educacionais, a formulação de alternativas e oportunidades para a solução de problemas locais, a coordenação dos diversos atores políticos presentes nos contextos particulares e sua inserção nas instâncias político-partidárias com os conhecimentos que mobiliza.

Considerações finais

Com base neste estudo, evidenciamos que a Undime configura-se na contemporaneidade como um forte ator de políticas no campo educacional, articulando-se às redes de políticas que aninham e interconectam atores multifacetados e aparentemente autônomos, mas que se encontram acoplados estruturalmente. Com este *modus operandi*, a entidade conquistou credibilidade, legitimidade e autoridade no processo político e, por derivação, logrou maior representatividade dos DMEs. Contudo, não podemos ignorar que “[...] há uma dualidade de desconcentração e centralização – mais autonomia relativa para a organização dos serviços do setor público (de diversos tipos), mas novos mecanismos e novas técnicas de direção central” (BALL, 2014, p. 221).

Considerando que no ano de 2019, no Brasil, 22.968.713 (61,01%) estudantes foram atendidos na educação básica nas redes municipais de ensino (BRASIL, 2020), sob a liderança dos DMEs que, por sua vez, são formados pela Undime (por meio de consultorias, cursos, palestras, conferências, manuais, assessorias e parcerias), foi possível inferirmos sobre a capilaridade e a potência que esta entidade assumiu sobre o direito à educação e nos (re)desenhos das políticas educacionais. Nesta perspectiva, corroboramos os argumentos de Ball (2014, p. 215. Grifo do autor): “Não há simples dualidade local e global que pode ser evocado aqui, ao invés de um conjunto de ‘conexões’ em evolução que atravessam escalas, territórios e setores.”.

Concluimos ser seminal investigar os espaços, os atores de políticas, as relações, as mediações, os métodos de trabalho e os discursos (com suas respectivas visões de mundo, política e educação) moventes nas redes de políticas como possibilidade de compreender e explicar a realidade de forma orgânica e articulada, sobretudo, se considerarmos os eventos formativos promovidos pela Undime para os DMEs, por meio dos quais são constituídas identidades e profissionalidades e disseminados discursos, narrativas e artefatos de políticas.

Por fim, com base no aludido, reiteramos o desafio para os pesquisadores em educação em escrutinar a atuação da Undime na formação dos DMEs em diferentes cenários e suas peculiaridades, sobretudo, no contexto catarinense. Tendo em vista a inexistência de estudos a respeito, faz parte do referido desafio o preenchimento desta lacuna no campo da

Undime e a formação dos Dirigentes Municipais de Educação (DMEs): interlocuções com a produção científica

Política Educacional e a contribuição para a realização de pesquisas e formação dos pesquisadores em educação.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente.** Brasília: Enap, 1997.

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 75, ago., 2001. p. 15-30. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/CGkRcsCcsynSwtSRsj44LBf/?lang=pt>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

AZEVEDO, Noroaldo Pontes de. A UNDIME e os desafios da educação municipal. **Estudos Avançados**, n. 15, v. 42, 2001, p. 141-152. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9796/11368>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BALL, Stephen J. **Education Reform. A critical and post-structural approach.** Buckingham: Open University Press, 1994.

_____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, set./dez., 2005. p. 539-564 Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250027620_Profissionalismo_gerencialismo_e_performatividade>. Acesso em: 12 fev. 2022.

_____. **Educação Global S.A.** Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

_____. *Following policy: networks, network ethnography and education policy mobilities.* **Journal of Education Policy.** **Journal of Education Policy**, Londres, v. 31, n. 5, jan., 2016. p. 1-18. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/290471501_Following_policy_networks_network_ethnography_and_education_policy_mobilities>. Acesso em: 28 mar. 2022.

_____.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas.** Atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BERGAMO, Mara Suzany Romano. **A gestão municipal da educação na região da AMVAPA: estudo filosófico e político das contradições estruturais da prática institucional, dos limites burocráticos-formais e da cultura autoritária hegemônica.** 2016. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP, 2016.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem.** Educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology.** Londres: Routledge, 1992.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019**: Resumo Técnico. Brasília: Inep, 2020.

CARDOSO, Maurício Estevam Cardoso. **Dirigentes Municipais de Educação: modos de regulação dos sistemas educacionais e subjetividades**. 2015. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG, 2015.

_____.; DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. Dirigentes municipais de educação e suas lógicas de ação. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, **Anais eletrônicos...** Florianópolis, Anped, 2015. p. 1-18. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT05-4120.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

COSTA, Elisângela André da Silva; LIMA, Maria Socorro Lucena; LEITE, Maria Cleide da Silva Ribeiro. A construção da profissionalidade do gestor escolar: concepções e práticas. **RBPAE**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2015. p. 65 – 84. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/58915/35195>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CUNHA, Maria Teresa Santos. De achados locais a indícios nacionais: arquivos pessoais da educadores na história da educação do tempo presente. In: CURY, Cláudia Engler; VIEIRA, Carlos Eduardo; SIMÕES, Regina Helena Silva. (orgs.). **História da educação**: global, nacional e regional. Vitória (ES): Edufes, 2019. p. 75-97.

EVANGELISTA, Olinda. *et al.* Desventuras dos professores na formação para o capital. Campinas: Mercado das Letras, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIMM, Viviane. **Política de distribuição massiva de lap-tops educacionais no Brasil (2005-2013)**: Contextos, agentes e disputas. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis - SC, 2017.

LAGARES, Rosilene. A educação municipal no Brasil a partir dos anos 1980: mudanças no campo das ideias, das práticas e da institucionalização. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: Anped, 2010. p. 1-16. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT05-6495--Int.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmozo. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUNARDI MENDES, Geovana Mendonça.; BORGES, Marta Kaschny (orgs.). **Empréstimo de políticas educacionais**. O modelo “um computador por aluno” em diferentes contextos. Curitiba: CRV, 2019.

MAINARDES, Jefferson (org.) **Metapesquisa no campo da política educacional**. Curitiba: CRV, 2021.

Undime e a formação dos Dirigentes Municipais de Educação (DMEs): interlocuções com a produção científica

MALHEIROS, Silvana de Jesus Pina. **Educação municipal e política educacional: refletindo sobre as ações da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco, Undime-PE.** 2006. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife - PE, 2006.

MAROY, Christian. Estado avaliador, *accountability* e confiança na instituição escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 2, jul./dez., 2013. p. 319-338. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/24780/13785>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MENDES, Valdelaine; PERRELA, Cileda dos Santos Sant'Anna.; CRUZ, Rosana Evangelista da. A delimitação do objeto na pesquisa em política educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 13, n. 8, fev., 2019. p. 1-22. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/64426/37768>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

NASCIMENTO, Tatiane Oliveira Santos. **O Plano Nacional de Educação e os desafios para a elaboração dos Planos Municipais de Educação.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente – SP, 2018.

OLIVEIRA, Luis Carlos Santos de. **Fundamentos históricos e políticos da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Alagoas.** 2014. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador - BA, 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

PINHEIRO, José Vanelli. **A Undime e a municipalização do ensino: a Undime no Brasil e no Paraná, no processo de municipalização do ensino, 1986-2000.** 2001. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia - MG, 2001.

REINIG, Marília Segabinazzi. **Do mercado do sucesso ao sucesso de um mercado: sobre soluções educacionais, avaliação e inclusão.** 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis - SC, 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Ronilda Teodoro. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, set./dez., 2006. p. 37-50. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

SEEMANN, Vânio Cesar. **O que significa mais tempo na escola?** Sobre as políticas de jornada em tempo integral nos microcontextos das redes municipais de ensino. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis - SC, 2016.

_____.; LUNARDI MENDES, Geovana Mendonça. “Tornar-se presença”: perspectivas e possibilidades da educação democrática na contemporaneidade. In: ZAMBON, E. et al. (orgs.)

Gestão escolar: perspectivas e possibilidades inovadoras. Florianópolis: AAESC, 2019. p. 80-90.

TELLO, César Gerónimo; MAINARDES, Jefferson. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, jan./jun., 2015. p. 153-178. Disponível em: <<https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.10il.007>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

UNDIME. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Estatuto Social. 2021. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/estatuto>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

VERGER, Antoni. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, jan./abr., 2019. p. 9-33. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/12987/209209210544>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

Sobre os autores

Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Doutora e Mestre em Educação. É professora e coordenadora do Observatório de Práticas Escolares (OPE) na UDESC, presidente da Anped e bolsista produtividade em pesquisa no CNPq. E-mail: geovana.mendes@udesc.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8848-7436>.

Vânio Cesar Seemann

Doutorando em Educação e Mestre em Educação. É Orientador Educacional na Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis e pesquisador no Observatório de Práticas Escolares (OPE) na Udesc. E-mail: vanio1971@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4905-833X>.

Recebido em: 19/08/2022

Aceito para publicação em: 20/08/2022